

Ricos admitem conceder

Para evitar que o Brasil seja forçado a pedir a moratória, levando o sistema financeiro internacional a um difícil impasse, diversos governos de países industrializados estão interessados, a exemplo dos Estados Unidos, em conceder imediatos empréstimos para garantir os suprimentos de matérias-primas e equipamentos de que o País necessita. Como o Brasil vem encontrando dificuldades em finalizar contratos de importação de petróleo, matérias-primas para fertilizantes e equipamentos, países como Inglaterra, deverão repetir dentro de dias o gesto do Eximbank norte-americano.

Notícias provenientes também dos Estados Unidos indicam que os bancos privados daquele país só querem fazer novos empréstimos ao Brasil com a condição de que o dinheiro seja utilizado exclusivamente para pagamento da dívida vencida e a vencer com os mesmos estabelecimentos de crédito. A informação, procedente de Washington, esclarece que os bancos norte-americanos só estão interessados em financiar o pagamento da dívida, aceitando a renegociação, desde que os juros continuem sendo pagos, sem modificações nas regras dos contratos originais.

Segundo fontes da capital norte-americana, o Clube de Paris só se reunirá em meados de dezembro, para examinar a carta-proposta brasileira de renegociação da dívida externa junto aos governos dos países industrializados.

Um banqueiro ligado ao Comitê de Assessoramento Bancário, interlocutor do sistema financeiro internacional nas negociações com o governo brasileiro, informou que serão necessários mais 75 dias para ser armado um novo pacote de resgate financeiro para o Brasil.

As mesmas fontes não souberam precisar quando o governo brasileiro conseguirá fechar os contratos de financiamento com os bancos dos países industrializados. Eles têm como certo, entretanto, que dentro de mais sete dias, aproximadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estará enviando aos grandes bancos um sinal claro sobre se pensa ou não aprovar o novo plano econômico brasileiro. Mas a aprovação formal deverá demorar um pouco mais, estando prevista para a segunda quinzena de outubro. Sobre a liberação do dinheiro do FMI, todos têm como certo que só ocorrerá no mês de novembro.

As notícias procedentes dos Estados Unidos dizem que a aprovação do FMI liberará US\$ 1 bilhão 700 milhões prometidos ao Brasil no início do ano pelos bancos privados, e que este montante está dentro do primeiro pacote de resgate financeiro de US\$ 4 bilhões 400 milhões ainda não liberados. Quanto ao FMI propriamente, a aprovação formal, pelo "board", liberará mais US\$ 822 milhões, retidos pela instituição desde maio último, devido ao que é chamado de "incapacidade do Brasil de cumprir com sua carta de intenções inicial".

Sobre a recente viagem de Car-

los Langoni, presidente do Banco Central (BC), a Washington e Nova Iorque, veio a informação de que ele explicou ao seu colega norte-americano, Paul Volcker, o porquê da suspensão dos pagamentos do principal e dos juros relativos a dívidas garantidas por ou contratadas com os governos dos principais países industrializados. As explicações sobre essa suspensão se tornaram necessárias, tendo em vista algumas reclamações até públicas, à carta-proposta remetida ao Clube de Paris, referente a uma dívida de quase US\$ 2 bilhões.

Também foram discutidas com Volcker as condições que o Brasil deverá preencher para poder receber uma garantia para créditos às exportações norte-americanas, proposta do Eximbank dos Estados Unidos, no total de US\$ 1 bilhão 500 milhões. As condições, segundo notícias vindas de Nova Iorque, exigem que o Brasil cumpra com os programas de ajuste econômico elaborados de comum acordo com o FMI. As condições teriam sido aceitas, e soube-se que outros países igualmente industrializados deverão nos próximos dias oferecer créditos de exportação ao Brasil, semelhante ao do Eximbank.

Um banqueiro que participou da reunião com Volcker (ao encontro estavam presentes figuras da iniciativa privada) informou que o trabalho foi "muito preliminar". Outros participantes se mostraram mais prudentes e, embora falassem sobre progressos, destacaram que "ninguém quer pôr sobre a mesa um plano que corra o risco de não funcionar".

O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, voltou ontem ao Rio, depois de passar um dia nos Estados Unidos, entre Washington e Nova Iorque, conversando com autoridades do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Comitê de Assessoramento dos Bancos Privados Internacionais. Mas, se foram bons os resultados dessa nova rodada de negociações com os credores do País, ninguém sabe, pois Langoni, mais uma vez evitou a imprensa, deixando o Aeroporto Internacional do Galeão pelo setor de embarque, no segundo andar, enquanto os jornalistas o esperavam junto ao portão de desembarque, no primeiro andar.

Junto com Carlos Langoni chegaram os integrantes da sua comitiva, economistas da Seplan e do Banco Central, que também mantiveram encontros com técnicos do Fundo Monetário Internacional.

Segundo informações do Ministério da Fazenda, o Brasil só vai pagar sua dívida com o Banco de Pagamentos Internacionais - BIS - quando os bancos comerciais e o FMI liberarem as parcelas vencidas dos empréstimos acertados no começo do ano. O Brasil está devendo US\$ 400 milhões ao BIS, de uma parcela vencida há mais de um mês, e outra parcela estará vencida na próxima terça-feira. O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, tem reafirmado que o País "não pode pagar, se não nos liberam o dinheiro".